

**EDITAL Nº 01 DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS REMANESCENTES
EDUCAÇÃO BÁSICA - ANO LETIVO DE 2020**
**Em conformidade com a Lei 12.101/2009, regulamentadas pelo Decreto nº
8.242/2014.**

A Sociedade Porvir Científico, para o cumprimento dos seus objetivos filantrópicos estatutárias, por meio de sua mantida Colégio La Salle Niterói, inscrito no CNPJ 92.741.990/0046-39 ofertará bolsas de estudos **parcial (50%) ou integral (100%)** aplicáveis sobre o valor da anuidade escolar. O número de bolsas é limitado, e regido por Legislação Federal específica que regulamenta prestação de serviços das Instituições detentoras do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. As bolsas de estudos são destinadas **EXCLUSIVAMENTE** a **Candidatos em situação de vulnerabilidade social** e que comprovem sua situação através de análise do perfil socioeconômico.

ORIENTAÇÕES GERAIS

I – DO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDOS

O número de bolsas de estudos a serem concedidas, para o ano letivo 2020 encontra-se no **Anexo 01** deste Edital.

A oferta das bolsas de estudos por meio deste edital está fundamentada na Lei vigente e sua regulamentação, assim como, na previsão orçamentária e nas metas da Assistência Social para o ano de 2020 estabelecidas pela Mantenedora desta unidade educacional.

II – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA BOLSA

A concessão de Bolsa de Estudo Social visa proporcionar acesso e atendimento na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na modalidade presencial e abrangerá a anuidade escolar do **ano letivo de 2020** e serão destinadas **somente para o período regular (curricular)**, não englobando as atividades extracurriculares e/ou o Período Integral.

III – DA INSCRIÇÃO E RESULTADO

A inscrição será realizada individualmente, sendo no caso de irmãos uma inscrição para cada candidato, e deverá obedecer aos períodos abaixo:

- a. O candidato deverá acessar o <http://lasalle.edu.br/niteroi/bolsa-niteroi>, para impressão dos instrumentais (Ficha Socioeconômica e outros se necessário) e Documentação Exigida, no período de 02/03/2020 a 10/03/2020.



- b.** O candidato deverá entregar, em um envelope, no setor de Secretaria a **Ficha Socioeconômica devidamente preenchida e assinada** e demais **Documentos Comprobatórios conforme Anexo 3 deste Edital** no período de 03/03/2020 a 10/03/2020 no horário de 9h às 11h e das 14h às 16h, para análise do perfil socioeconômico. **Não serão aceitas fichas, declarações e/ou documentos fora do período divulgado.**
- c.** O **número de Bolsa de Estudos Social é limitado, conforme o Anexo 01 deste edital** e **serão avaliadas 20 inscrições** para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e quando esse número for preenchido não serão aceitas outras inscrições.
- d.** O **Resultado** da Análise deverá ser obtido, pelo candidato, no período de 16/03/2020 a 17/03/2020 no setor de Secretaria no horário de 9h às 11h **conforme anexo 2 deste edital.** Não haverá reavaliação dos resultados.
- e.** O **Período para Matrícula obedecerá ao previsto no Cronograma conforme anexo 2 deste edital.**

IV – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DA CONCESSÃO DAS BOLSAS DE ESTUDOS

Os candidatos serão pré-selecionados em conformidade com parâmetros de **renda bruta mensal familiar (RB) per capita** estabelecidos na legislação (§ 1º e 2º do art. 14 da Lei 12.101/09), sendo:

- I. Bolsa de estudo integral (100%) será concedida a aluno cuja renda mensal familiar per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo nacional
- II. Bolsa de estudo parcial (50%) será concedida a aluno cuja renda mensal familiar per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos nacionais

Entende-se por Renda Bruta: a soma de todo montante em dinheiro, sem descontos, que cada integrante da família ganha. Esses valores poderão ser provenientes de: salários, pensão alimentícia, INSS público ou privado, renda autônoma, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos recebidos do patrimônio, renda mensal vitalícia, rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens moveis ou imóveis ou qualquer outra renda que receba.

Entende-se por Renda Bruta Mensal Familiar Per Capita (RB): a soma total da renda bruta mensal de todos os integrantes do grupo familiar, dividida pelo número de seus integrantes. A renda bruta mensal familiar (RB) é índice eliminatório. **O grupo familiar que possuir renda mensal bruta familiar per**



capita superior a 03 (três) salários mínimos nacionais será desclassificada automaticamente.

Após os candidatos serem pré-selecionados considerando o enquadramento na renda bruta mensal per capita familiar (RB), serão classificados por critérios de Vulnerabilidade Social, considerando o Art. 33 do Decreto 8.242/14 que regulamenta Lei 12.101/09 e art.10 Parágrafo Único da Portaria Normativa 15 - MEC de 14/08/2017, sendo: sendo:

- a. **Inscritos em programa do Governo:** Grupo Familiar descrito no CadÚnico, **conforme lista.**
- b. **Proximidade da residência:** prioritários os candidatos que residirem no mesmo bairro ou nas adjacências desta unidade Educacional;
- c. **Irmãos estudando nesta unidade escolar priorizando o que está finalizando o nível de ensino**
- d. **Sorteio**¹, quando se persiste a mesma classificação; o desempate se dará por meio pessoal (sorteio de nome), na presença dos candidatos e da comissão de bolsa de estudos instituída pela Direção da unidade.

A validação da Bolsa Social para o ano letivo de 2020 será realizada pela Comissão Interna de Concessão de Bolsa de Estudos.

Parágrafo Único: Os comprovantes de renda do candidato e do grupo familiar com quem mantém vínculo e dependência devem ser apresentados mesmo que a família more em outra localidade.

V – DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.

A análise dos documentos, será realizada pela Comissão Interna de Concessão de Bolsas Estudos e/ou por profissional Assistente Social do quadro permanente ou contratada por esta unidade educacional, pautado nas informações contidas na Ficha Socioeconômica as quais deverão ser comprovadas mediante entrega da documentação exigida **anexo 3 deste Edital.**

O cálculo da Renda Bruta será feito a partir da média mensal dos rendimentos brutos recebidos de todas as pessoas que compõem o grupo familiar do candidato e sua posterior divisão pelo mesmo número de pessoas que compõem o grupo familiar. Será considerado para análise da média mensal os três meses anteriores à data de inscrição no processo seletivo, e no caso de rendimentos provenientes de comissões e/ou horas extras será considerado seis meses anteriores à data de inscrição no processo seletivo. Descontados, quando for o caso os valores da pensão alimentícia paga do responsável financeiro do grupo familiar a outro grupo familiar por ordem judicial e também não serão computados os valores referente aos programas de transferência condicionada governo.

¹ O sorteio será realizado em data a ser divulgada e nas dependências desta unidade escolar e, para ter legitimidade, estarão presentes, a comissão interna de concessão de estudos, membros do conselho pedagógico – administrativo e candidato.

Após os candidatos serem pré-selecionados considerando o enquadramento na renda bruta mensal per capita familiar (RB), serão classificados pelos critérios de Vulnerabilidade Social, que indicará os candidatos prioritários à concessão do benefício.

Na falta de documentos comprobatórios ou quando a documentação estiver incompleta o processo de solicitação de Bolsa Social não será avaliado, sendo indeferido automaticamente.

VI - DA ENTREVISTA E VISITA DOMICILIAR

A entrevista consiste no ato de chamar o candidato para prestar esclarecimentos com relação ao grupo familiar e/ou documentação entregue; poderá ser solicitada documentação complementar, como também, poderá ocorrer visita domiciliar, a qualquer tempo, antes e durante a vigência da bolsa, com a finalidade de completar das informações prestadas.

VII - DA MATRÍCULA

A matrícula, do candidato selecionado, será realizada no período de 16/03/2020 a 17/03/2020 no setor de Secretaria no horário de 8h às 11h e das 14h às 16h. conforme **anexo 2 deste edital**.

Por ocasião da matrícula, o candidato deverá preencher e assinar o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e o Termo Aditivo e atender os prazos e demais normatizações contidas no cronograma Anexo 2 deste Edital.

O candidato que não comparecer, dentro do período descrito no anexo 2 para matrícula será considerado desistente do processo de bolsa social.

VIII - DAS CONDIÇÕES IMPEDITIVAS

A Bolsa de Estudo Social, será cancelada quando o candidato incidir em um dos itens abaixo:

- a. Deixar de cumprir rigorosamente os prazos definidos neste Edital;
- b. Não assinar o Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Educacionais no período indicado no cronograma de matricula caso seja contemplado com Bolsa Social;
- c. For verificado, a qualquer tempo, que o candidato usou de má-fé ou falsidade nas informações prestadas ou ainda evidenciar, objetivamente, por seus bens e recursos, situação socioeconômica familiar contrária à situação de vulnerabilidade, quando de sua habilitação e o mesmo será impedido (a) de participar por dois anos consecutivos do processo de bolsa de estudo social;
- d. Não cumprimento do acordo financeiro firmado anteriormente a concessão da bolsa social;



- e. Deixar de cumprir as obrigações financeiras no caso de bolsa parcial após o terceiro mês de inadimplência, e não poderá pleitear bolsa social no próximo ano, até quitar seu débito;
- f. Descumprir o regimento interno desta unidade educativa;
- g. Deixar de atender os acordos firmados com a equipe especializada;
- h. Transferência ou desistência do bolsista.

Este edital entra em vigor na data de hoje.

Canoas, 02 de março de 2020

Ir. Cláudio André Dierings.

Ir. Cláudio André Dierings
Diretor

ANEXO 1

NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDOS OFERTADAS NO ANO LETIVO DE 2020 - EDUCAÇÃO BÁSICA

NÍVEL DE ENSINO/ANO/SÉRIE	Nº DE BOLSAS INTEGRAIS (100%) OFERTADAS PARA O ANO DE 2020	Nº DE BOLSAS PARCIAIS (50%) OFERTADAS PARA O ANO DE 2020
Educação Infantil		
Creche I	1	-
Creche III	-	1
Pré II	-	1
Ensino Fundamental		
1º ano – Manhã	-	2
2º ano – Tarde	-	1
4º ano – Tarde	2	-
5º ano – Tarde	1	-
9º ano – Manhã	-	2
Ensino Médio		
1º série – Manhã	-	1

ANEXO 2

CRONOGRAMA DO EDITAL PARA BOLSAS DE ESTUDOS 2020 – EDUCAÇÃO BÁSICA.

ETAPAS DO PROCESSO	PERÍODOS
Divulgação do edital de concessão	02/03/2020 a 10/03/2020
Inscrições dos alunos pelo link lasalle.edu.br/niteroi/bolsa-niteroi	03/03/2020 a 10/03/2020
Entrega da documentação exigida	03/03/2020 a 10/03/2020
Análises do perfil socioeconômico, entrevistas e visitas domiciliares (se necessário)	11/03/2020 a 13/03/2020
Validação da Comissão Interna de Bolsa Social (CIBS)	16/03/2020
Resultados das pré-selecionados à concessão da bolsa social	17/03/2020 a 18/03/2020
Matrículas dos alunos, assinatura do Contrato Educacional e do Termo Aditivo	18/03/2020 a 20/03/2020



ANEXO 3

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONCESSÃO DE BOLSA SOCIAL

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES:

O processo seletivo para Bolsa assistencial 2020 é regido por edital normativo, elaborado em conformidade com a Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e pela Portaria MEC nº15/2017.

Importante ler todo edital e a relação de documentos abaixo listada antes de se dirigir à unidade educativa e se inscrever no processo. A unidade educativa não atenderá após os horários e prazos determinados no edital.

A organização dos documentos a serem entregues na unidade educativa em que se pleiteia bolsa assistencial é de inteira responsabilidade do responsável legal pelo aluno. Salientamos que a obtenção de alguns documentos junto aos órgãos públicos pode exigir o pagamento de taxas ou prazos de entrega, entre outros procedimentos legais de acordo com cada órgão. Assim, recomenda-se não deixar para juntar os documentos e fazer a inscrição no processo no último dia.

Para ter o processo protocolado na unidade educacional, é necessário que se revise toda a documentação. Processos cuja ficha socioeconômica estiver semipreenchida ou em branco, ou a documentação estiver incompleta ou com documentos não legíveis não serão recebidos, como também não serão recebidos documentos via e-mail ou correio. Nesses casos, os pedidos de bolsas assistencial serão indeferidos por falta de dados ou documentação

Com relação aos documentos exigidos:

1. Os documentos têm que ser apresentados na forma de cópia simples (xerox) e, apenas nos casos especificados (conforme modelos ao final deste documento), a via deve ser original, com assinatura igual ao do RG do declarante.
2. As cópias dos documentos devem ser feitas em papel A4 branco, utilizando apenas um lado do papel. A única cópia aceita frente e verso é a do comprovante de Ensino Médio.
3. Usar folhas diferentes para cada pessoa do grupo familiar e para cada tipo de documento.
4. Não serão aceitos documentos com prazos vencidos ou que não permitam a identificação completa do documento ou da pessoa (no caso de foto), nem cópias borradas, cópias rasgadas, em papel colorido, dois documentos em um único papel A4 branco, em tamanhos minúsculos ou exagerados.
5. No caso de documento extraviado, é necessário apresentar cópia do Boletim de Ocorrência (BO) da época do extravio, e protocolo do novo documento. A não apresentação implica no cancelamento automático do processo de bolsa assistencial.

A avaliação da necessidade da bolsa assistencial será feita a partir da realidade de todo o grupo familiar em que o aluno está inserido. A legislação em vigor define como GRUPO FAMILIAR a família composta por pessoas que morem em um mesmo domicílio e que tenham o seu sustento a partir de uma renda comum, oriunda de seus membros. Assim, podem fazer parte do grupo familiar o pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro(a), filho(a), irmão(ã), tios, primos e, mediante decisão judicial, menores sob guarda, tutela ou curatela, enteado(a), avô(ó).

A documentação do grupo familiar deve ser organizada e entregue da seguinte forma:

1. Separados por grau de parentesco: Por exemplo, todos os documentos do pai, seguido de todos os documentos da mãe e assim sucessivamente de todo grupo familiar, inclusive do candidato/aluno.
2. Os documentos devem ser entregues em envelope e com identificação do candidato: nome completo, data de nascimento e ano/série pretendido.
3. Somente o responsável financeiro que seja pai, mãe ou responsável legal (guardião, curador ou tutor) do candidato poderá entregar a documentação exigida e ter o processo protocolado junto à unidade educativa.
4. Caso seja necessário prestar informações adicionais ou esclarecimentos sobre a situação do grupo familiar, documentos ou patrimônio, utilize uma folha de sulfite em branco, descreva as informações de próprio punho e envie junto com a documentação, devidamente assinada, datada, com CPF do responsável pela informação e com assinatura reconhecida em cartório.
5. Lembre-se que todos os membros do seu grupo familiar devem ser declarados. Isso inclui pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro(a), filho(a), irmão(ã), tios, primos, menores sob guarda, tutela ou curatela, enteado(a), avô(ó)... que vivam na mesma residência que o aluno. Os dados informados deverão ser comprovados.

IMPORTANTE: entregar os documentos e receber o protocolo da unidade educativa não significa que o benefício está garantido. Somente será pré-selecionado o candidato para bolsa assistencial integral (100%) cuja renda mensal familiar bruta seja de até 1,5 salário mínimo nacional. Já para concorrer a uma bolsa assistencial parcial (50%), a renda mensal bruta pode ser de até 3 salários mínimos nacionais.

A solicitação será automaticamente indeferida quando da não apresentação de todos os documentos solicitados ou informações divergentes. A inveracidade das informações prestadas, quando constatada, a qualquer tempo, implicará no cancelamento da bolsa assistencial porventura concedida.

Durante a avaliação da documentação exigida, a Comissão Interna de Bolsa Social (CIBS) ou o Assistente Social poderá solicitar quaisquer outros comprovantes que considerar necessários para o entendimento ou compreensão do perfil socioeconômico do aluno e de seu grupo familiar, como também realizar visita domiciliar à família para validar o estado de vulnerabilidade e a real necessidade do grupo familiar para a bolsa, de acordo com a Lei 12.101/09.

DOCUMENTOS DO GRUPO FAMILIAR, INCLUINDO O ALUNO

Os seguintes documentos são exigidos do candidato para fins de comprovação de situação de renda e de vulnerabilidade social:

1. **Ficha Socioeconômica**, devidamente preenchida, datada e assinada pelo responsável financeiro.
2. **Declaração de solicitação de bolsa de estudos:** declaração devidamente preenchida, datada e assinada pelo responsável do candidato, que informa por qual motivo pleiteia bolsa assistencial junto à unidade educativa (MODELO 1).
3. **Documento de identificação de todos os integrantes do grupo familiar:** RG e CPF para todos os integrantes do grupo familiar, maiores e menores de 18 anos (ou a carteira de motorista ou CTPS de todos os maiores de 18 anos). No caso de menor de 12 anos que não possui RG, apresentar a Certidão de Nascimento.
4. **Comprovantes da situação civil:**
 - a) Casado: Certidão de Casamento ou Certidão de União Estável;
 - b) Viúvo: Certidão de Óbito do cônjuge;

c) Separado: comprovante da separação judicial (averbação) ou, caso esteja em andamento, o processo;

d) Não conviventes sem a separação formal (averbação): declaração de não convivência feita a próprio punho assinada com assinatura igual ao RG;

e) Outro tipo de situação: fazer declaração de próprio punho que ateste a situação específica, com testemunha, e anexar junto cópia do RG, CPF e do endereço da testemunha;

5. **Comprovantes de guarda ou tutela:**

a) Responsáveis separados com guarda compartilhada: apresentar documentação exigida de ambos os grupos familiares.

b) Termo de guarda/tutela ou documento do Conselho Tutelar, referente aos menores que estão inseridos no grupo familiar e que estão sob os cuidados daqueles que não são seus pais biológicos, ou ainda que são abrigados em casas lares. Caso haja irmãos na casa lar, enviar também documentos de identificação.

6. **Responsável legal do aluno em sistema carcerário:** cópia da Carteira de Visitante, onde conste o nome do visitado ou documento expedido pela Administração Penitenciária informando a situação, datado, carimbado e assinado pela administração do presídio.

7. **Comprovante de residência do ano em curso** de cada um dos membros do grupo familiar maiores de 18 anos:

a) Imóvel próprio: correspondência de órgãos oficiais com indicação de CEP (bancos, INSS, concessionárias de serviços públicos, carnês, crediários, conta de telefone fixo, de energia elétrica ou de água, boleto de mensalidade escolar, fatura de cartão de crédito) ou declaração de Associação de Moradores com o respectivo endereço completo e carimbo de CNPJ, ou emitida pelo Centro de referência de Assistência Social (CRAS/CREAS) em papel timbrado.

b) Imóvel alugado: contrato de locação em vigor juntamente com comprovante de residência, conforme opções listadas na letra “a”.

c) Imóvel alugado sem contrato de locação: declaração original do proprietário do imóvel (MODELO 2) e comprovante de residência, conforme opções listadas na letra “a”.

d) Imóvel cedido: declaração do cedente do imóvel (MODELO 3) com assinatura igual ao RG, cópia do RG e do comprovante de residência do declarante. Também comprovante de residência do grupo familiar, conforme opções listadas na letra “a”.

8. **Aluno portador de deficiência:** laudo médico com o CID (atual e original).

9. **Estudantes** (todos os membros do grupo familiar que estudam): comprovante de matrícula em rede pública e, em caso de matrícula na rede privada com bolsa de estudo, declaração original da escola confirmando a bolsa e indicando o percentual. Se o familiar é beneficiário do PROUNI ou FIES, apresentar comprovante.

10. **Imposto de Renda Pessoa Física:** obrigatório para todos os membros do grupo familiar que declararem (declaração IRPF completa, acompanhada do recibo de entrega). Se isento de declaração, apresentar a cópia da situação por meio da consulta eletrônica, campo RESTITUIÇÃO DO IR no site da Receita Federal (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>).

11. **Imposto de Renda Pessoa Jurídica** (para pequenos ou microempresários, microempreendedores individuais ou qualquer tipo de pessoa jurídica): obrigatório para todos os membros do grupo familiar que declararem, além de Declaração de Comprovação de Rendimentos (DECORE) emitida por profissional de contabilidade com situação regular diante do Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

12. **Carteira de Trabalho (CTPS)** original (obrigatório para todos os membros do grupo familiar maiores de 18 anos e para os menores de 18 anos quando aprendizes):

a) Folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco.

b) Caso não possua CTPS, providenciar a confecção ou o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) emitido pelo Ministério do Trabalho.

c) Em caso de Carteira de Trabalho perdida (mesmo com Boletim de Ocorrência) para maiores de 16 anos e pessoas com renda informal ou autônomos: é obrigatório a apresentação do Extrato de Vínculos e Contribuições (CNIS), que poderá ser obtido em agências do INSS (<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribuicoes-a-previdencia>).

13. **Comprovantes de renda:**

a) Assalariados: contracheques ou holerites dos três últimos meses ou, no caso de recebimento de comissão ou hora extra, os seis últimos contracheques.

b) Desempregado recebendo seguro-desemprego: último extrato da parcela de seguro-desemprego, fornecido pela Caixa Econômica Federal, além de rescisão contratual e comprovante do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (<http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged/declaracao-ja-entregue>).

c) Professor eventual: declaração original em papel timbrado da escola, assinado pelo Diretor, constando atividade exercida, início do exercício e a média mensal dos seis últimos rendimentos brutos.

d) Funcionário público: comprovante de renda dos três últimos contracheques ou, no caso de comissão ou hora extra, os seis últimos contracheques. Página do Diário Oficial de exoneração de cargo público conforme Lei nº 8.112/90, quando for o caso.

e) Desempregados ou trabalhadora do lar sem ter nenhum tipo de renda: declaração com assinatura igual ao RG e com assinatura de testemunha juntamente com a cópia do RG da testemunha, informando não possuir renda. Declaração original (MODELO 4) com assinatura do declarante reconhecida em cartório. Declaração de Benefícios (Consta/Nada consta) e o Extrato de Vínculos e Contribuições (CNIS), que poderá ser obtido em agências do INSS ou por meio eletrônico (<https://meu.inss.gov.br>).

f) Proprietário individual ou sócio proprietário de empresa (Ltda., ME, SA, EPP, EIRELI): Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos e Lucros (DECORE) original, expedida e assinada por contador inscrito no CRC, contendo as informações do pró-labore anual, lucros distribuídos e o contrato social, evidenciando a participação nos resultados da empresa (o pró-labore não serve como comprovante de rendimentos da empresa). Entregar cópia do Contrato Social (primeira e a última alteração) e Demonstração do Resultado do Exercício. Os sócios, apresentar também o extrato de vínculos e contribuições (CNIS) que poderá ser obtido nas agências do INSS (<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribuicoes-a-previdencia>).

g) No caso de pequeno ou microempresário: apresentar declaração do contador (original e assinada) inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilistas, com CRC ativo, endereçada à escola, bem como Requerimento de Empresário e Demonstração do Resultado do Exercício. O pró-labore não serve como comprovante de rendimentos da empresa. Caso a empresa não tenha movimentação, apresentar também o comprovante de inatividade expedido pela Receita Federal ou Estadual.

h) Microempreendedor individual (MEI): Certificado de Condição de Microempreendedor Individual. Declaração Anual do Simples, guias de recolhimento ao INSS dos seis últimos meses, compatíveis com a renda declarada, extrato bancário dos três últimos meses. Relatório mensal da renda bruta (disponível no portal do Microempreendedor Individual: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>

campo Declaração Anual de Faturamento). Caso seja optante pelo SIMEI, apresentar folha da consulta obtida por meio do site da Receita Federal (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=22>). O pró-labore não serve como comprovante de rendimentos da empresa.

i) Profissional liberal (trabalhadores especializados que prestam serviços sem ser registrados por empresa empregadora — médicos, dentistas, advogados, contadores, psicólogos...): guias de recolhimento ao INSS dos seis últimos meses, compatíveis com a renda declarada. Declaração de Profissional Liberal / Autônomo (MODELO 5- com assinatura do declarante reconhecida em cartório). Extrato bancário com informações dos últimos noventa dias (pode ser de caixa eletrônico ou da internet). Declaração de Benefícios (Consta/Nada consta) e o Extrato de Vínculos e Contribuições (CNIS), que poderá ser obtido em agências do INSS ou por meio eletrônico (<https://meu.inss.gov.br>).

j) Taxistas ou motoristas de UBER: declaração emitida pelo órgão de regulamentação no município para fins de comprovação de renda mensal do interessado, referente aos três últimos meses (declaração original) e extratos bancários dos últimos seis meses. No caso de UBER, apresentar a declaração emitida via aplicativo no qual está vinculado, demonstrando a remuneração dos três últimos meses (declaração original).

k) Trabalhador terceirizado (aquele que exerce atividades temporárias por períodos inferiores a três/seis meses, como serviços de limpeza, portaria, vigilância, telecomunicações, etc.): apresentar recibos dos três últimos meses ou, no caso de período de trabalho superior a três meses, os seis últimos recibos. Declaração de Benefícios (Consta/Nada consta) e o Extrato de Vínculos e Contribuições (CNIS), que poderá ser obtido em agências do INSS ou por meio eletrônico (<https://meu.inss.gov.br>).

l) Trabalhador informal ou eventual (pessoas que prestam serviços sem nenhum vínculo, não tem carteira profissional registrada e não respondem a nenhum órgão, como diaristas, manicures, carregadores, etc.): apresentar declaração original com assinatura de testemunha e cópia do RG da testemunha (MODELO 6) com assinatura do declarante reconhecida em cartório. Declaração de Benefícios (Consta/Nada consta) e o Extrato de Vínculos e Contribuições (CNIS), que poderá ser obtido em agências do INSS ou por meio eletrônico (<https://meu.inss.gov.br>).

m) Estagiário ou menor aprendiz: contrato ou termo de compromisso de estágio em vigência, indicando o valor recebido e os três últimos comprovantes de pagamento.

n) Aposentado ou pensionista ou beneficiário de auxílio-doença do INSS: extrato de pagamento, constando o valor bruto do benefício. Pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.inss.gov.br/tag/cnis>. Também se pode comparecer na agência do INSS, portando RG e CPF originais, e solicitar comprovante atestando a existência ou não de benefícios. Mesmo que não haja benefício, o documento é obrigatório.

o) Trabalhador cooperado (profissionais associados a uma cooperativa de trabalho, que prestam serviços a terceiros por seu intermédio): contrato de cooperação ou declaração original em papel timbrado da cooperativa, assinada pelo responsável legal, constando atividade desenvolvida e média de rendimento bruto dos últimos três meses, com carimbo do CNPJ da cooperativa.

p) Trabalhador rural ou agricultor: declaração original de renda emitida por sindicato rural, informando identificação do proprietário (nome, RG, CPF e endereço), identificação da propriedade (área e endereço completo), como utiliza a terra (o que produz), rendimentos mensais dos últimos doze meses, notas fiscais de vendas dos últimos seis meses e cópia do Bloco de Produtor Rural contendo o faturamento do exercício base, Imposto de Renda Pessoa Jurídica completo (acompanhado do recibo de entrega), e página da cota única ou do parcelamento do último ITR (Imposto Territorial Rural).

q) Pensão alimentícia: comprovante da decisão judicial, acordo homologado judicialmente e os três últimos comprovantes pagos. Nos casos em que o acordo é verbal, apresentar declaração (MODELO

7) com as devidas assinaturas (iguais ao RG), cópia do RG e comprovante de endereço dos respectivos genitores e de pagamento. Quem não recebe pensão alimentícia, deve apresentar declaração (MODELO 8). As declarações (modelo 7 e 8) devem ter as assinaturas reconhecidas em cartório.

r) Rendimentos de aluguel ou de arrendamento de bens móveis ou imóveis: contrato e os últimos três comprovantes de recebimentos.

s) Auxílio de familiares ou terceiros: declaração original com assinatura e cópia do RG do declarante (MODELO 9) e com assinatura do declarante reconhecida em cartório.

t) Demonstrações de patrimônio familiar: certificado de registro e licenciamento de veículos que estejam em nome de membros do grupo familiar. Caso o veículo seja financiado, apresentar o boleto dos três últimos meses ou o contrato de compra. Apresentar ainda, certidão negativa ou positiva do Registro de Veículos (DETRAN) de pessoa física (maiores de 18 anos, membros do grupo familiar) (<https://www.detran.mg.gov.br/veiculos/certidoes/certidao-negativa-de-propriedade>) e da pessoa jurídica. Também IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de imóvel do grupo familiar dos três últimos meses.

u) Inscritos no CadÚnico e recebendo benefício de transferência de renda do governo (como Bolsa Família, BCP, Renda Mínima e outros): cópia do documento de inscrição no CadÚnico ou declaração do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que é usuário inscrito. Também três últimos comprovantes de recebimento (acessar o site: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/index.php).

v) Proprietário individual ou sócio, pequeno ou microempresário, microempreendedor individual com empresa Encerrada/Baixada: comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido no site: https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp

PROGRAMAS CONTEMPLADOS PELO CADÚNICO:

- Programa Bolsa Família (PBF);
- Tarifa Social de Energia Elétrica;
- Brasil Alfabetizado;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- Carteira do Idoso;
- Programa Cisternas;
- Pro Jovem Adolescente;
- Minha Casa Minha Vida e outros programas habitacionais do Governo Federal;
- Isenção de taxa para concursos públicos;
- Programa Passe Livre;
- Telefone Popular (AICE - Acesso Individual Classe Especial);
- Aposentadoria para pessoa de baixa renda;
- Programa Bolsa Verde;
- Programa Mais Educação;
- Ação Brasil Carinhoso;
- Água Para Todos;
- Programa Bolsa Estiagem;
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- Carta Social;
- Identidade Jovem (ID Jovem);
- Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- Crédito Instalação;
- Serviços assistenciais.

MODELO 1
DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE BOLSA DE ESTUDOS

Eu,.....,
portador(a) do RG N° e do CPF N°
residente à Ruan°
....., Apto., Bairro, Cidade
....., Estado, declaro que pleiteio bolsa assistencial
para meu/minha filho(a) para o
ano letivo de 2020, pelo(s) seguinte(s) motivo(s):

- Desemprego
- Acumulo de dívidas bancárias
- Empréstimos não quitados
- Gastos em virtude de doença crônica no grupo familiar
- Renda insuficiente para arcar com os custos da escola
- Outro(s):

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a
responsabilidade da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do
Código Penal), junto à unidade educativa na qual pleiteio bolsa assistencial para
o ano de 2020.

Local e data:,/...../.....

.....
Assinatura do(a) Responsável pela Solicitação da
Bolsa

MODELO 2
DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL
(MORADIA ALUGADA SEM CONTRATO DE LOCAÇÃO)

Eu,, portador(a) do RG N° e do CPF N°, residente à Rua,n°.....,Apto.....,Bairro.....,Cidade..... Estado, declaro que o imóvel de minha propriedade, sito à Rua n°, Apto., Bairro, Cidade, Estado, foi alugado para moradia do(a) Sr(a)..... portador(a) do RG N° e do CPF N°, com ônus de R\$ (.) por mês, pelo período de/...../..... até/...../.....

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal Brasileiro).

Local e data:,/...../.....

.....

Proprietário(a) do Imóvel

MODELO 3
DECLARAÇÃO IMÓVEL CEDIDO
(MORADIA CEDIDA)

Eu,, portador(a) do RG N° e do CPF N°, residente à Ruan....., Apto....., Bairro, Cidade, Estado, declaro que o imóvel de minha propriedade, sito à Rua, n°, Apto., Bairro, Cidade, Estado, foi cedido para moradia do(a) Sr(a). portador(a) do RG N° e do CPF N°, sem ônus monetário, pelo período de/...../..... até/...../.....

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal Brasileiro).

Local e data:,/...../.....

.....

Proprietário(a) do Imóvel

MODELO 4
DESEMPREGADO(A) OU DO LAR
(SEM NENHUM TIPO DE RENDA)

Eu,....., portador(a) do RG N° e do CPF N°, residente à Rua,n°.....,Apto., Bairro, Cidade, Estado, declaro, sob as penas das Leis Civil e Penal, que NÃO RECEBO ATUALMENTE salários, proventos, horas extras, comissões, vale-alimentação, gratificações eventuais ou não, gratificações por cargo de chefia, pensões por morte, aposentadorias, benefícios sociais, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos do trabalho terceirizado, rendimentos auferidos do patrimônio, e quaisquer outros. Declaro que me mantenho financeiramente por meio de.....

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal Brasileiro), junto à unidade educativa na qual pleiteio bolsa assistencial para o ano de

Local e data:,/...../.....

.....
Assinatura do Declarante

.....
Assinatura de Testemunha

Nome da Testemunha:

CPF da Testemunha:

MODELO 5

DECLARAÇÃO DE PROFISSIONAL LIBERAL / AUTÔNOMO

Eu,.....,
portador(a) do RG N° e do CPF N°,
residente à Rua, n°
....., Apto., Bairro, Cidade
....., Estado, DECLARO que
exerço atividade autônoma renumerada e sem registro em CTPS e que não possuo
rendimentos de Pessoa Jurídica. Meus rendimentos auferidos do mercado autônomo se
aproxima do valor mensal de R\$ (.....),
exercendo trabalho de

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade
da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal), junto à
unidade educativa na qual pleiteio bolsa assistencial para o ano de

Local e data:,/...../.....

.....

Assinatura do Declarante

(assinatura reconhecida em cartório)

MODELO 6
TRABALHADOR INFORMAL OU EVENTUAL
(TRABALHO ESPORÁDICO)

Eu,.....,
portador(a) do RG N° e do CPF N°,
residente à Rua, n°
....., Apto., Bairro, Cidade
....., Estado, declaro sob as
penas das Leis Civil e Penal que trabalho informalmente, exercendo atividade de
..... e retiro,
aproximadamente, uma renda mensal de R\$
(.....).

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade
da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal Brasileiro),
junto à unidade educativa na qual pleiteio bolsa assistencial para o ano de
.....

Local e data:,/...../.....

.....

Assinatura do Declarante

.....

Assinatura de Testemunha

Nome da Testemunha:

CPF da Testemunha:

MODELO 7

**RECEBIMENTO / PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA
(SEM ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE)**

Eu,.....,
portador(a) do RG N° e do CPF N°
residente à Rua, n°
....., Apto., Bairro, Cidade
....., Estado, declaro sob as
penas das Leis Civil e Penal que [] PAGO / [] RECEBO pensão alimentícia no valor
mensal de (.....) para o(a)
menor beneficiado(a)

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade
da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal Brasileiro),
junto à unidade educativa na qual pleiteio bolsa assistencial para o ano de
.....

Local e data:,/...../.....

.....
Assinatura do Pagante (pai / mãe / responsável)

.....
Assinatura do Beneficiário (pai / mãe / responsável)

MODELO 8
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO RECEBE PENSÃO ALIMENTÍCIA
(SEM ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE)

Eu,.....,
portador(a) do RG N° e do CPF N°,
residente à Rua, n°
....., Apto., Bairro, Cidade
....., Estado, declaro sob as
penas das Leis Civil e Penal que NÃO RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA do Sr.
.....genitor do(a) menor.....

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal Brasileiro), junto à unidade educativa na qual pleiteio bolsa assistencial para o ano de

Local e data:,/...../.....

.....

Assinatura do pai / mãe / responsável

MODELO 9
DECLARAÇÃO DE AJUDA DE CUSTO
(RECEBENDO AUXÍLIO DE FAMILIARES OU TERCEIROS)

Eu.....,
portador(a) do RG Nº e do CPF Nº,
residente à Rua, nº
....., Apto., Bairro, Cidade
....., Estado, declaro sob as
penas das Leis Civil e Penal que ajudo financeiramente o(a) Sr(a).
..... com o valor
mensal aproximado de R\$ (.....).

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade da informação prestada sob as penas da Lei (Artigo 299 do Código Penal Brasileiro), junto à unidade educativa na qual pleiteio bolsa assistencial para o ano de

Local e data:,/...../.....

.....
Assinatura do(a) Declarante

.....
Assinatura do(a) Responsável pela Solicitação da Bolsa